



30 Também estiveram presentes os seguintes representantes do SFB: Marcus Vinicius da  
31 Silva Alves, Joberto Veloso Freitas, Carlos Eduardo Portella Sturm, Henrique Dolabella, José  
32 Humberto Chaves e Ângelo Ramalho.

33

34 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Presidindo os trabalhos,  
35 cumprimenta todos e confirma o quórum. Solicita que todos se apresentem. Dá início aos  
36 trabalhos deixando em aberto a apresentação de sugestões ou correções em relação as atas das  
37 32ª e 33ª Reuniões Ordinárias da CGFLOP.

38

39 **A SRA. MARIA JOCICLEIDE LIMA DE AGUIAR (FBOMS)** – Cumprimenta a todos e  
40 solicita a correção do seu nome nas atas citadas.

41

42 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Pede desculpas e informa  
43 que a correção será realizada, pergunta se há mais alguma observação. Não havendo, considera  
44 aprovadas as atas das 32ª e 33ª Reuniões da CGFLOP. Solicita, em seguida, a apresentação do  
45 primeiro tema de pauta.

46

47 **1º TEMA DE PAUTA: Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF/2019**

48

49 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente/SFB)** – Realiza a apresentação do 1º Tema de  
50 Pauta, sobre o PAOF 2019.

51

52 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece a apresentação  
53 e passa para questionamentos.

54

55 **O SR. MARIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Pergunta quem é o responsável por fazer  
56 esse plano de manejo. Se de alguma maneira alimenta o Inventário Florestal Nacional, a  
57 informação de um alimenta a informação do outro.

58

59 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente/SFB)** – Responde que, no caso das Unidades  
60 de Conservação Federais, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
61 (ICMBio) é o responsável por elaborar o plano de manejo das Unidades de Conservação.

62

63 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB)** – Diz que quando foi criado o

64 SFB, o primeiro desafio recebido foi o de inventariar as florestas nacionais, sendo que, nos  
65 primeiros 3 anos, foram inventariadas 6 florestas nacionais, utilizando-se uma metodologia  
66 particular, um inventário amostral. Hoje trabalha-se para que, nas florestas nacionais em que se  
67 vislumbra haver concessões nos próximos anos, inclusive florestas estaduais, se faça uma  
68 customização do Inventário Florestal Nacional, utilizando-se a mesma metodologia com poucas  
69 variáveis, mas considerando extratos prioritários para a produção de madeira, sendo que essas  
70 parcelas passem a fazer parte do inventário porque estão dentro de um mesmo gride, mais  
71 adensado. Além disso, o SFB está trabalhando para que no futuro sejam disponibilizados os  
72 dados dos inventários dos estados que foram inventariados. O objetivo é que se tenha uma  
73 compatibilização dos dois tipos de inventário, sendo que no futuro quem sabe até mesmo os  
74 inventários a 100% possam ser vistos por meio do Inventário Florestal Nacional.

75

76 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA)** – Diz que foi demonstrado que  
77 00,1 está fora da Amazônia, como sendo florestas públicas aptas a serem concedidas, mas estão  
78 fora da Amazônia. Foi falado que não tem interesse do SFB, portanto pergunta se existe alguma  
79 perspectiva. O Ibama recentemente teve uma experiência em Santa Catarina, com várias  
80 florestas nacionais cobertas com pinos, algumas até com araucária, e o Ibama, que está com um  
81 projeto claro de conversão de multas, pode recuperar essas áreas, mas existe uma concessão  
82 florestal a ser feita previamente a qualquer tipo de ação dentro dessas áreas, logo o  
83 questionamento é se o SFB tem alguma perspectiva de olhar para essas áreas fora da Amazônia  
84 e se possui algum tipo de estudo sobre isso.

85

86 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente/ SFB)** – Responde que o SFB não tem  
87 perspectiva para 2019, porque para viabilizar a concessão nas florestas nacionais do Sul,  
88 precisar-se-ia fazer a modelagem técnica e a modelagem econômica do negócio, conseguindo  
89 assim extrair e desenhar adequadamente os contratos e os seus indicadores, inclusive seu o  
90 edital. Então, para isso, o SFB precisa ter uma noção acurada sobre quais são, principalmente  
91 nesse primeiro momento, as restrições ambientais. Questiona como, uma vez realizada  
92 atividade florestal, deve ser a recuperação da área, como que o gestor e o concessionário irão  
93 gerir aquela área, qual deve ser o plano de replantio e recuperação e se deve recuperar com  
94 espécies nativas ou exóticas. Sobre essas restrições ainda não se tem clareza e o SFB precisa de  
95 insumos do ICMBio. Primeiro se faz a modelagem técnica da atividade para então modelar a  
96 atividade economicamente, desenhar o fluxo de caixa no escopo temporal adequado para o  
97 projeto e, a partir disso fazer, estruturar um edital e um contrato. Para 2019 o SFB ainda não  
98 tem isso. É demorado fazer essa modelagem técnica e econômica. No estágio em que o SFB se

99 encontra hoje dificilmente teria capacidade para fazer essa modelagem para 2019. Foi enviada  
100 consulta do PAOF ao ICMBio para manifestação formal sobre o interesse em viabilizar uma  
101 concessão florestal em uma floresta nacional de Santa Catarina. Agora o SFB precisa se reunir  
102 com o ICMBio para fazer essa modelagem, estipular quais são as restrições, quais são os  
103 parâmetros e daí contratar os estudos necessários.

104

105 **O SR. MANUEL AMARAL NETO (FBOMS)** – Diz que sente falta de algo um pouco mais  
106 sistematizado sobre a experiência de 10 anos de concessão florestal na Amazônia. Há muita  
107 coisa interessante, que está dentro do SFB, mas que de certa forma precisaria ser um pouco  
108 mais compartilhado com a sociedade. O FBOMS tem acompanhado alguns trabalhos de  
109 sistematização dessas experiências e o que elas podem influenciar. Algumas situações estão  
110 aparecendo, mas não estão sendo ditas, por isso fez questão de fazer essa manifestação, pela  
111 necessidade de se ter isso como um livreto do PAOF. Questiona qual é a experiência acumulada  
112 em relação a isso, para que a sociedade possa trazer alguns outros ingredientes. Foi falado, por  
113 exemplo, de modelagens técnicas e econômicas e ele disse ter muita curiosidade de saber os  
114 possíveis impactos sociais da concessão florestal na Amazônia. Sugeriu essa reflexão conjunta.

115

116 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente/SFB)** – Diz que também adoraria ter esses  
117 insumos, mas que infelizmente os recursos são muito escassos e há uma carência grande de  
118 pessoal e no nosso orçamento para essa área não estar crescendo. Além disso, há uma emenda  
119 constitucional que limita a capacidade de as concessões se retroalimentarem. Então esbarra-se  
120 em algumas capacidades operacionais para fazer esse balanço e compartilhar essas  
121 experiências, torná-las mais transparentes e acessíveis e compartilhar as tecnologias dos  
122 concessionários nas suas operações com o resto da sociedade. Como o saldo está absolutamente  
123 positivo, os concessionários são muito receptivos a pesquisas, a receber pesquisadores e a ter  
124 os seus processos documentados, o que propiciaria maior transparência. Universidades têm  
125 estreitado os seus laços com os concessionários para elaborar estudos.

126

127 **O SR. VINICIUS PASSOS PIZZOLO (MDA-SEAD)** – Trata da Gleba Curuquetê. Ao  
128 sudoeste da Gleba, existem parcelas que foram georreferenciadas por meio de contrato público.  
129 O contrato é de 2010 e as parcelas que estão aqui são de 2013. Diz que não sabe se elas foram  
130 migradas de um sistema para o outro e a consulta na Câmara Técnica foi em 2015, salvo engano.  
131 Questiona se haverá um refinamento para tirar essas ocupações ou já está decidido que vai ser  
132 esse polígono da Gleba, visto que a área é ocupada anteriormente a 22 de julho de 2008,  
133 sobrepondo à área de interesse do MMA nessa Gleba.

134

135 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente/SFB)** – Responde que essa decisão só acontece  
136 no momento de lançamento de um edital. Então, antes de um edital, todo planejamento pode  
137 ser revisto, inclusive o edital é submetido a uma consulta pública no qual esses apontamentos  
138 podem ser feitos. A CGFLOP é uma instância de consulta pública, o PAOF encontra-se aqui  
139 para justamente receber esse feedback dos diversos atores que podem agregar e trazer  
140 conhecimento, trazer novas informações. O SFB vai averiguar essa informação e, inclusive,  
141 seria bom se houvesse uma conversa sobre isso para se ter exatamente os pontos de ocupação  
142 nessa Gleba.

143

144 **O SR. MARIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Diz que foi falado das duas empresas -  
145 GOLF e EBATA - que estão com um problema de inadimplência e depois falou-se de uma  
146 licitação deserta que teve na floresta nacional de Amana. Questiona se as lições estão sendo  
147 aprendidas, porque o desejo é que a coisa funcione e tem como funcionar como negócio. A  
148 balança tem que estar equilibrada, porque se não funcionar como negócio não vai haver  
149 interessado ou então vai acontecer de as empresas não conseguirem cumprir os contratos. Deve  
150 esta averiguação estar sendo realizada a fim de se melhorar o processo, por exemplo, fazendo  
151 uma proposta de mudança de lei ou mudança do contrato ou o edital, como é feito hoje. Pergunta  
152 se está ocorrendo esse processo de averiguação e se há essa visão de aperfeiçoamento do  
153 processo como um todo. Questiona se quando o SFB coloca aqueles tipos de florestas nacionais,  
154 já se fez algumas sobreposições disso com a área desmatada para saber quais as áreas que estão  
155 sendo mais afetadas por desmatamento dentro daqueles recortes de todas as florestas nacionais  
156 que existem hoje, o quanto que está acontecendo em assentamento, em área militar e em área  
157 não destinada para que se tenha uma visão mais clara sobre qual a melhor estratégia para  
158 combater o desmatamento.

159

160 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente/SFB)** – Diz que, quanto a essa segunda  
161 pergunta, essas informações são continuamente levantadas, atualizadas, publicadas por diversos  
162 atores da sociedade. Por meio dessas informações, o SFB tem, de forma razoavelmente clara e  
163 bem atualizada, onde e quais são os polígonos de desmatamento, a sua localização, se estão em  
164 florestas destinadas, unidades de conservação, terra indígena, áreas privadas, etc. O SFB está  
165 continuamente levantando essas informações para balizar não só a nossa atuação, mas também  
166 o MMA usa isso para balizar toda a sua situação. Quanto a sua primeira pergunta, diz que o  
167 trabalho regulatório é constantemente aperfeiçoado, estando sempre em um processo que se  
168 retroalimenta, de lições aprendidas e mudanças de regras. O modelo regulatório de gestão

169 dessas áreas se dá por meio da concessão florestal. Então foi identificado que nessas áreas a  
170 melhor forma de gestão desse território é por meio da produção sustentável em florestas  
171 públicas. Florestas nacionais só podem ser geridas por meio das concessões florestais, quando  
172 exclui-se a possibilidade do manejo comunitário nessas áreas. Eventualmente quando um  
173 negócio dá errado, não significa que o modelo está errado. No caso de Saracá-Taquera tem uma  
174 série de outros fatores que não estão diretamente ligados ao modelo regulatório e que  
175 contribuíram para que os concessionários não tivessem, até o momento, capacidade para  
176 cumprir cláusulas contratuais referentes ao pagamento. Os concessionários na época foram  
177 bastante ambiciosos, já que a economia estava vivendo um outro momento. Entretanto,  
178 atualmente eles não estão conseguindo cumprir as condições que eles mesmos propuseram para  
179 o contrato de concessão florestal. Então, o SFB está continuamente revendo os regulamentos,  
180 revendo normas, para facilitar o cumprimento pelos concessionários dos contratos, sem prejuízo  
181 dos compromissos, já que estamos tratando de um bem público e que esses concessionários  
182 foram escolhidos por meio de um processo transparente de licitação participativa no qual eles  
183 ganharam por proporem condições mais favoráveis. O mundo é dinâmico, logo os contratos  
184 nem sempre conseguem se ajustar perfeitamente ao mundo, mas isso é risco do contrato, isso é  
185 risco do negócio, é risco do concessionário e tem um processo também de aprendizado do  
186 próprio setor que observa até onde eles podem ir, como eles têm que fazer esse balanço de risco  
187 do negócio antes de submeter uma proposta em um processo de licitação. Então existe um  
188 processo contínuo de análise, de aprendizagem, de melhoria de condições, de facilitação de  
189 cumprimento pelos concessionários, mas sem prejuízo do objeto do contrato.

190  
191 **O SR. MARIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Diz que é ponto pacífico que deve ser  
192 cumprido o que está previsto no contrato, mas a preocupação não é tanto com as empresas que  
193 não estão conseguindo cumprir, porque há uma lição aprendida nisso. O processo todo é novo,  
194 o processo até de concessão lato sensu é novo aqui no Brasil, o processo de parcerias público  
195 privada, tudo isso é novo. Falar em concessão florestal é mais novo ainda, tem muitas variáveis  
196 que não se controla em um processo. A preocupação é se isso tudo está sendo utilizado como  
197 lição aprendida ou o que já foi comprometido tem que ser cumprido. O processo como um  
198 todo está servindo de lição aprendida, até para modificar, aperfeiçoar e eventualmente até  
199 alterar a lei. A lei pode ser modificada também, pois não é uma coisa imutável, sendo sim o  
200 reflexo da sociedade naquele momento em que ela foi feita. Hoje, com as lições aprendidas  
201 desde 2006, a lei já é passível de ser mudada, de ser proposta alguma alteração nela.

202  
203 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente/ SFB)** – Fala que uma forma de averiguar esse

204 processo de aprendizado é fazer uma análise da evolução dos contratos de concessão, como  
205 eram os contratos no passado. Basta verificar primeiro contrato de 2007, na Floresta Nacional  
206 de Jamari, e ver como os contratos evoluíram ao longo desse tempo e, no caso específico da  
207 Floresta Nacional de Saracá-Taquera, houve uma atualização muito grande dos dois contratos  
208 em 2015, que os modernizou. Foi feito um grande aditivo que trouxe essa nova tecnologia  
209 regulatória desse aprendizado recente e adaptou os contratos antigos, fez uma atualização,  
210 colocou regras novas aos contratos antigos. Trata-se então de um processo contínuo, assim  
211 como ocorre com outros atos normativos, a exemplo das resoluções do Conselho Diretor do  
212 SFB, que estão sendo continuamente revistas e melhoradas, justamente para melhorar e facilitar  
213 a vida dos concessionários sem prejuízo para as condições do contrato.

214  
215 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB)** – Ressalta que essas lições  
216 são aprendidas e incorporadas. Aprende-se muito também a partir das ações movidas pelo  
217 Ministério Público referentes às concessões florestais. A judicialização da questão da  
218 certificação em concessões florestais na Flona de Saracá-Taquera trouxe aprendizado em várias  
219 etapas desse processo, passando pela interlocução direta com o juiz, com todos os presentes em  
220 uma audiência na justiça federal, com o Ministério Público. O simples fato de ouvir os  
221 depoimentos das testemunhas levadas diante do juiz federal é uma oportunidade única de  
222 aprendizado. Assim como muito se aprende com as populações que habitam o entorno da  
223 floresta nacional sob concessão. A incorporação desses aprendizados se dá ao longo de todo o  
224 processo de concessão. Por exemplo, questões mais específicas como as levantadas pelo Sr.  
225 Manuel Amaral Neto, relacionada à dimensão social, são incorporadas em um momento que é  
226 posterior ao PAOF. A elaboração de tal Plano é o momento em que se procura consolidar uma  
227 metodologia de seleção de áreas passíveis de concessão no ano seguinte, no ano que ele vai  
228 vigorar. Aqui busca-se caracterizar os aspectos mais objetivos e de natureza prioritariamente  
229 legal. Obviamente que há questões mais subjetivas, mas essa subjetividade está muito alinhada  
230 com a possibilidade real de, no ano seguinte, ser implementado o processo de concessão  
231 propriamente dito. Outro exemplo, hoje há um impasse com a Floresta Nacional de Itaituba,  
232 apesar de que do ponto de vista formal, legal não há nenhum óbice para que aquelas unidades  
233 de manejo florestal que estão no interior da Floresta de Itaituba 1 e 2 sejam colocadas em  
234 concessão. Mas reconhecemos que existe um conflito ali instalado, um conflito com povos  
235 indígenas e com pequenos posseiros que estão ao longo da BR-163. Então, do ponto de vista  
236 estritamente do PAOF, isso não se constitui em nenhuma restrição. Logo, as Flonas de Itaituba  
237 estão lá no PAOF, porque elas cumprem com todos os requisitos para fazer parte desse Plano,  
238 seja de natureza legal, seja relativo à operação. Entretanto, a presente dificuldade vai ser

239 refletida na estratégia do edital, já que há um edital que foi colocado em consulta pública.  
240 Precisamos agora viabilizar as consultas públicas. Para isso, há que se estabelecer uma  
241 estratégia mais eficiente do que a utilizada no ano passado, em que não foi possível vencer as  
242 barreiras que foram colocadas, tanto com em relação à compreensão do processo, mas, também,  
243 de natureza política e ideológica. Ao longo do processo o aprendizado se constituiu em elemento  
244 fundamental de retroalimentação, de feedback, os quais o SFB não abre mão de maneira  
245 nenhuma. A implantação em larga escala dessa política pública mais parece uma corrida de  
246 obstáculo. Com relação à colocação Sr. Vinicius Passos Pizzolo, seria muito bom se o SFB  
247 tivesse uma reaproximação com o Programa Terra Legal, como ocorreu no passado, e que foi  
248 prejudicada devido à realocação do programa no âmbito da Esplanada. Em relação à Gleba  
249 Curuquetê, ressalta-se que o que foi dito pelo sr. Vinicius Passos Pizzolo não ocorre na Gleba  
250 inteira, mas apenas em uma área destacada da Gleba, a qual foi objeto de uma avaliação muito  
251 minuciosa no passado, inclusive quando foi feito o sobrevoo da área. O SFB possui todos esses  
252 registros e, à época, não foi detectado absolutamente nenhum tipo de presença humana nessa  
253 área. Trata-se de uma área muito pequena, de cerca de 29.000 hectares. O SFB não abre mão  
254 dessa área e pretende fazer dessa área um espaço de aprendizado para concessões em florestas  
255 não destinadas ou destinadas especificamente para esse fim. Apesar de tanto tempo passado, o  
256 SFB não conseguiu vencer essa etapa com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), porque  
257 do ponto de vista do Terra Legal foi tudo vencido, agora com a Secretaria do Patrimônio da  
258 União não se consegue ter o termo de entrega dessa área destacada para o SFB com a finalidade  
259 de concessão florestal. O SFB almeja pavimentar esse caminho administrativo para a destinação  
260 de áreas com essa finalidade. No momento em que a SPU fizer a entrega, iniciar-se-á todo o  
261 procedimento para a elaboração do edital, que compreende uma série de estudos. Ainda há um  
262 longo caminho a percorrer, mas, no momento, essa é a situação da área destacada da Gleba  
263 Curuquetê.

264  
265 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente/ SFB)** – Diz que não se pode perder de vista  
266 que as florestas públicas federais não destinadas são quase 9% do total de florestas públicas.  
267 Então a concessão florestal surge realmente como um instrumento de governança para gerar  
268 benefícios ambientais, econômicos, sociais e fortalecer o direito de propriedade do Estado sobre  
269 essa terra para preservar esse patrimônio público que é essa floresta em pé.

270  
271 **A SRA. MARIA JOCICLEIDE LIMA DE AGUIAR (FBOMS)** – Questiona se a consulta  
272 pública referente ao edital de concessão florestal, além de estar no site, fica também no local,  
273 com a comunidade. Uma das maiores preocupações é a questão da salvaguarda do direito das



274 pessoas que estão dentro dessas áreas de concessão pública, logo deve haver uma forma de  
275 consulta pública livre, com a linguagem acessível e que seja explicada a essa população. Para  
276 os povos da Amazônia uma consulta via Internet não é eficiente, porque eles não têm acesso.  
277 Questiona como é que estão e quais são os investimentos previstos para o setor florestal.  
278 Ocorreram vários cortes no orçamento, principalmente os referentes às áreas sociais que afetam  
279 diretamente as comunidades que estão na Amazônia. Outra questão se refere aos conflitos que  
280 estão ocorrendo nas áreas, conflitos esses entre madeireiros e posseiros. Se a concessão florestal  
281 é um instrumento de gestão do território, como é que isso estaria englobado. As lideranças estão  
282 morrendo defendendo a sua área, os quilombolas, os indígenas, os extrativistas, as quebradeiras  
283 de coco e ninguém está tendo o cuidado com isso. Então pergunta como é que isso está sendo  
284 visto dentro de todo esse processo da concessão florestal. Há, ainda, as mineradoras com outra  
285 forma de pressão sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais e tudo isso tem que  
286 ser discutido e tomadas as providências cabíveis.

287

288 **O SR. EDSON JUNQUEIRA LEITE (MAPA)** – Questiona como o aprendizado na Floresta  
289 Nacional de Tapajós está sendo utilizado por diversas frentes em termos de concessões das  
290 florestas públicas.

291

292 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB)** – Responde que, com  
293 relação às consultas públicas, é importante esclarecer que existem vários níveis de consulta ao  
294 longo de todo o processo de concessão. Por exemplo, a começar pelo próprio Cadastro Nacional  
295 de Florestas Públicas que até 2006 não existia. Portanto, a sociedade brasileira não tinha de  
296 forma objetiva o conhecimento das áreas de florestas públicas do país. Com a lei, o Cadastro  
297 Nacional de Florestas Públicas se tornou uma realidade e permite que toda a sociedade brasileira  
298 tenha conhecimento das florestas públicas brasileiras. Isso já é parte de um processo implícito  
299 de consulta, de transparência e de controle social. A Lei de Gestão de Florestas Públicas  
300 favorece e promove a transparência, o controle social e mecanismos de governança muito  
301 robustos. O PAOF, que é um planejamento da União que busca indicar, não só para o próprio  
302 governo, mas também para a sociedade, qual é a expectativa e qual é o direcionamento que o  
303 estado brasileiro, no caso a União, pretende adotar em relação às concessões florestais no ano  
304 seguinte. Esse é um processo que passa por esta CGFLOP, mas também é submetido à SPU, ao  
305 Conselho de Defesa Nacional, ao ICMBio, por meio de consultas formais. Além disso, o PAOF  
306 é submetido à consulta pública pela Internet e esses são mecanismos que estão previstos na lei.  
307 O SFB obedece rigorosamente a lei. Uma etapa seguinte é aquela quando a concessão pretende  
308 ser implantada em uma floresta nacional. A Lei determina que somente se possa fazer concessão

309 em uma floresta nacional a partir do momento em que essa floresta nacional tiver o seu plano  
310 de manejo da unidade de conservação aprovado. Por sua vez, para ter um plano de manejo da  
311 unidade de conservação aprovado é fundamental que seja obedecido todo o regramento de  
312 elaboração e aprovação de planos de manejo pelo ICMBio, o qual tem a competência legal de  
313 executar. A elaboração desses planos de manejo pressupõe, entre outras coisas, a realização de  
314 oficinas participativas, ou seja, um plano de manejo de uma floresta nacional é elaborado de  
315 forma participativa, antes de ser aprovado pelo conselho consultivo da unidade de conservação  
316 e, em seguida, pela presidência do ICMBio. Os Conselhos Consultivos das UCs têm  
317 representações de todos aqueles atores diretamente interessados naquela unidade de  
318 conservação, inclusive as comunidades e povos que eventualmente habitam aquela floresta,  
319 quando não, habitam o seu entorno ou, que de alguma forma, se relacionam diretamente com a  
320 floresta a partir dos seus modos de vida. Essa, portanto, é outra etapa presencial, inclusive, de  
321 consulta pública que é feita diretamente a essas populações. Na sequência, em um outro  
322 momento, tem-se o início do processo do edital. Para se fazer um edital, vários estudos são  
323 realizados. Para a concessão das unidades de manejo dentro de uma determinada floresta  
324 nacional, faz-se uma série de estudos e levantamentos. Ao final, é elaborado um pré-edital, que  
325 é colocado em consulta e audiência pública. Aqui, mais uma vez, ressalta-se que o SFB segue  
326 rigorosamente a lei. O pré-edital é colocado em audiência pública em todos os municípios em  
327 que a concessão incide. Todo esse processo é feito em estrita observância à legislação e  
328 invariavelmente conta com uma robusta participação da sociedade. Ou seja, as concessões  
329 lançam mão de todos os instrumentos de consulta, de transparência e de controle social  
330 disponíveis na legislação sobre o tema em questão. É importante isso ser esclarecido aqui na  
331 CGFLOP, para que os membros desta Comissão, que representam os diversos segmentos da  
332 sociedade brasileira, possam levar essas informações para os seus representados. Como o Sr.  
333 Henrique Dolabella falou, há ainda no Brasil 65 milhões de hectares de florestas ainda não  
334 destinadas no Brasil, sendo que cerca de 30 milhões são de não destinadas federais e algo em  
335 torno de 35 milhões de não destinadas estaduais. Nessas áreas, cabe à união ou aos estados fazer  
336 a devida destinação dessas áreas, considerando a legítimo direito de povos e comunidades  
337 tradicionais de estar ali habitando. Assim, o espírito das consultas públicas é também de garantir  
338 que essas populações não venham a ser afetadas diretamente por qualquer decisão que  
339 coloquem em risco os seus legítimos direitos. Isso não quer dizer que muito do que foi aqui  
340 falado não aconteça no Brasil. O importante é caracterizar os acontecimentos e os papéis das  
341 diferentes instituições do Estado brasileiro. Falou-se do Estado do Mato Grosso, onde o conflito  
342 se dá basicamente em florestas privadas. O Mato Grosso é um dos estados da Amazônia legal  
343 que possui menos florestas públicas. Ali o problema é outro e não diz respeito às concessões

344 florestais. Temos ali conflitos agrários, de falta de segurança fundiária e de violência no campo.  
345 Hoje a produção madeireira na Amazônia é da ordem de 11 milhões metros cúbicos de madeira  
346 em tora, sendo que as concessões florestais contribuem para esse total com menos de 3%. Isso  
347 deixa claro que as concessões florestais também são vítimas desse processo de descontrole  
348 verificado na Amazônia. As concessões não são os agentes causadores das distorções, muito  
349 pelo contrário, por isso é que o esforço tem sido tão grande na direção de garantir a viabilidade  
350 e de dar escala, uma vez que as ações de comando e controle sozinhas, apesar de necessárias,  
351 não é suficiente. O desmatamento da Amazônia caiu cerca de 84% de 2004 a 2014, hoje parece  
352 que atingiu um piso e fica flutuando ao redor de 6.000 quilômetros quadrados todo o ano de  
353 desmatamento, o que ainda é muita coisa. Então é preciso identificar todas aquelas políticas que  
354 contribuem não só para a questão do desmatamento, mas por algo ainda mais grave e que parece  
355 invisível na Amazônia que é a degradação florestal, que compromete significativamente a  
356 qualidade da florestas e, portanto, o manejo florestal e evidentemente as questões sociais que  
357 estão associadas. Por exemplo, há dois contratos de concessão assinados na Floresta Nacional  
358 do Crepori que estão suspensos judicialmente por uma iniciativa do Ministério Público Federal.  
359 O mesmo Ministério Público Federal está demandando o Ibama e o ICMBio para atuarem na  
360 contenção da catástrofe que está acontecendo na Floresta Nacional de Crepori por conta do  
361 garimpo ilegal lá dentro, ou seja, o Ministério Público praticamente impede que a concessão  
362 florestal se instale naquela Unidade de Conservação, o que poderia se inclusive servir como  
363 uma barreira ao desmatamento, como fonte geradora de empregos responsáveis, de renda,  
364 mantendo a floresta em pé, ao mesmo tempo em que rejeita a prática do garimpo no local e  
365 demanda ações do poder público para coibir. É fundamental que as representações aqui  
366 presentes, na medida das suas capacidades, consigam trabalhar e contribuir para que o SFB  
367 possa avançar com essa política pública que busca além da conservação ambiental, a proteção  
368 social daqueles que sofrem diretamente os impactos das atividades ilegais degradantes do maio  
369 ambiente. Sobre a Floresta Nacional do Tapajós, hoje, o manejo florestal comunitário que lá  
370 acontece é um exemplo de sucesso. Na verdade, é resultado de um projeto piloto com a  
371 Organização Internacional de Madeiras Tropicais. O SFB tem feito um esforço enorme junto  
372 ao Ministério Público para melhorar a compreensão sobre o mane e as concessões florestais.  
373 Frequentemente seus membros são convidados para conhecer in loco as concessões, mas  
374 alegam falta de tempo para visitar uma concessão florestal. As portas das concessões estão  
375 sempre abertas para qualquer um visitar com ou sem a nossa presença. Podem ir a qualquer  
376 momento, não precisa ter a nossa companhia. A floresta é pública, só precisa informar ao  
377 ICMBio e ao concessionário. As concessões podem ser monitoradas remotamente - o SFB faz  
378 isso – e o cidadão também pode. A transparência é absoluta e o controle social também.

379 Acredito que, em alguns casos, por ser justamente tão grande, cria-se falsas expectativas e gera-  
380 se às vezes incompreensão. A concessão florestal não tem por objetivos substituir o papel do  
381 estado em todas as áreas em que o estado deve atuar. Então, não cabe à concessão florestal levar  
382 escolas, hospitais, estradas e nenhum outro tipo de política e serviços públicos que não seja a  
383 política da conservação e do uso sustentável dos recursos florestais. Então, já passou da hora  
384 de encarar isso de forma profissional, séria e de forma muito transparente. E aqui gostaria de  
385 fazer uma observação muito importante, a transparência é uma via de mão dupla, isto é, do  
386 governo ou do órgão gestor em relação à sociedade mas, também, da sociedade em relação ao  
387 governo ou aos órgão gestores.

388

389 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Agradeceu a explanação  
390 e informou que, com relação ao orçamento, o Ministro no encerramento da sua gestão conseguiu  
391 fazer um reajuste orçamentário de todos os órgãos vinculados ao MMA, sendo que o SFB ficou  
392 com mais recursos que tinha antes, não tendo sofrido nenhum corte drástico que pudesse  
393 comprometer suas atividades. O nosso problema se refere ao nosso pessoal, já que muitos  
394 contratados de forma temporária estão em vias de ter seus contratos extintos e o SFB tem  
395 dificuldade de ter novos concursos, muita aposentadoria está ocorrendo inclusive. Então o  
396 estrangulamento do órgão está mais relacionado à capacidade operacional de recursos humanos.  
397 Outro ponto importante é que o Ministério Público Federal avaliou 192 instituições no Brasil  
398 com relação à transparência. O SFB foi avaliado no PAOF, nas concessões florestais, no  
399 inventário florestal, no Cadastro Ambiental Rural, no Cadastro Nacional de Florestas Públicas,  
400 no Sistema Nacional de Informação Florestal e ficou em segundo lugar geral da União. Isso não  
401 é algo que se conquista do dia para a noite, isso é fruto de um princípio de gestão que é dar o  
402 máximo de transparência possível. Então nessa uma avaliação extremamente significativa,  
403 Ibama e ICMBio ficaram lá entre os 10, as nossas informações foram consideradas pelo  
404 Ministério Público Federal em segundo lugar no ranking de transparência ambiental no Brasil.  
405 Sugeriu, em uma próxima reunião, que fosse dado maior tempo para se cuidar das concessões  
406 florestais, não só sobre as lições aprendidas do ponto de vista técnico, mas sobre os gargalos e  
407 os sentimentos de gestão.

408

409 **A SRA. ADELAIDE DE OLIVEIRA (CNI)** – Parabenizou primeiramente o SFB por ter  
410 ficado em segundo lugar na avaliação do Ministério Público Federal e ressaltou que o órgão  
411 tem feito um grande trabalho. O setor produtivo percebe que infelizmente, em relação às  
412 concessões florestais, a situação não está fácil já que a madeira tem sofrido várias concorrências  
413 desleais e, no mercado internacional, estava muito fragilizada. Agora vem se mostrando bem o

414 setor produtivo encontra-se muito esperançoso, já que está dando um reflexo, uma procura  
415 muito grande, então acredita-se que isso também vai fazer com que haja mais procura nas áreas  
416 de concessões. Percebe-se que a questão do garimpo, a questão do desmate, tudo reflete no setor  
417 florestal. O Brasil possui uma má fama e cabe a esse colegiado aqui, que possui representantes  
418 de tantas instituições, pessoas com alto grau de conhecimento, fazer como Deusdará bem  
419 colocou: fazer a defesa, porque é a única forma de manter a floresta em pé é com o manejo  
420 florestal. No Estado do Acre, percebe-se o quanto os comunitários que possuem uma boa  
421 quantidade de madeira não estão conseguindo colocá-las por um preço que seja competitivo por  
422 conta da ilegalidade. O SFB, com toda essa quantidade de áreas de concessões florestais, deve  
423 fazer parceria com o Ibama e com o ICMBio. Todos devem divulgar e combater essa  
424 desinformação da população, porque as atividades ilegais são agressivas e desmatam a floresta  
425 e a única atividade que não acaba com as florestas é o manejo florestal sustentável, mas parece  
426 que todos têm medo de fazer a defesa do setor florestal. As concessões têm sido de grande valia  
427 para o setor florestal, o problema é que hoje a certificação, cada dia que passa, tem perdido  
428 tempo e pessoas também por conta da concorrência. Então todos devem fazer os deveres de  
429 casa e falar da importância de se fazer a exploração florestal de forma legal e sustentável e  
430 combater, quando vem garimpo e o desmate. É importante parabenizar e dizer que o serviço do  
431 Ibama, do ICMBio, das secretarias estaduais e dos representantes de todos os segmentos  
432 florestais é fazer esse trabalho de divulgar e falar o quanto é importante o setor florestal, quanto  
433 é importante se fazer concessões florestais, quanto é importante torcer para as empresas que  
434 acabam assumido esse desafio, porque não é fácil para as empresas pegarem uma concessão e  
435 levarem adiante com tanta ilegalidade, com tanto o garimpo que tem no setor florestal, onde se  
436 traz a madeira e se vende de graça, porque há toda uma gangue por trás. Parabeniza-se a todos  
437 que estão à frente, porque apesar de tudo que se fala em relação aos órgãos federais, que não  
438 têm transparência, quem acompanha de perto sabe que não é bem assim, de acordo com os  
439 dados passados pelo Deusdará. Espera-se que também se comece a fazer concessão nas florestas  
440 do Estado do Acre, porque há grandes empresários se estabelecendo no Estado do Acre e agora  
441 é possível começar a trabalhar na Floresta Nacional de Macauã, já que, a despeito de possuir  
442 dificuldades de logística, deve-se começar a conversar sobre a concessão no local, visto que  
443 está havendo procura com todo esse trabalho que o Ibama vem realizando lá. O setor florestal  
444 deve ter o prestígio merecido porque as pessoas precisam vender a sua madeira.

445

446 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Ressalta que talvez mais  
447 um ponto que se deve colocar nessa reflexão é a questão da comunicação, já que a  
448 Administração comunica muito mal e não consegue passar sua mensagem.

450 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB)** – Diz que gostaria de  
451 complementar as palavras do sr. Marcus Vinicius da Silva Alves, respondendo ao sr. Edson  
452 Junqueira Leite no que se refere à Floresta Nacional do Tapajós. Entende que a pergunta do sr.  
453 Edson Junqueira Leite foi em relação à pesquisa florestal que a Embrapa desenvolve na citada  
454 floresta. A conexão com a concessão florestal é a seguinte: quando a Instrução Normativa que  
455 estabelece os parâmetros do manejo florestal foi elaborada, em 2006, início de 2007, com a  
456 Resolução do Conama, isso foi feito com base nos resultados de pesquisas tanto da Embrapa  
457 quanto do INPA, que são dois experimentos de longa data e além da melhor literatura da época,  
458 e hoje isso influenciou nas regras do manejo florestal, sobretudo sobre o ciclo de corte para a  
459 intensidade do corte, para regulação da produção e para a consideração de espécies dentro do  
460 manejo florestal. Então hoje tal tema é mais ou menos pacificado e as concessões florestais  
461 usam esses parâmetros, os concessionários fazem os planos de manejo atendendo à legislação  
462 em vigor, de modo que, dentro da unidade de manejo florestal, isso está tranquilo. Se forem  
463 aplicadas as normas do manejo, tem-se produção de longo prazo, o problema talvez seja a baixa  
464 intensidade, mas são outros aspectos, os problemas maiores não são esses, são esses que o sr.  
465 Marcus Vinicius da Silva Alves falou e que a sra. Fátima falou, esses são os maiores problemas.

466

467 **O SR. LUIZ CARLOS JOSÉ DE QUEIROZ (CONTICOM)** – Cumprimenta a todos e  
468 ressalta ser sua primeira participação em reunião da CGFLOP. Fala que já foram feitos alguns  
469 debates em relação a isso e que já esteve em áreas de floresta, onde possui madeireira que faz  
470 a exploração de forma legal, por meio do manejo florestal, que é importante. Foi verificado, ao  
471 longo do tempo, que a concessão é a melhor forma que há para se colocar o trabalhador lá na  
472 ponta de forma totalmente legalizada. A exploração de madeiras ilegal também gera emprego  
473 ilegal, em que há precarização total, mortes, acidentes, mutilações. Verifica-se isso na região  
474 da Amazônia, onde há serraria, carpintaria, madeireira que vem mutilando muitos  
475 trabalhadores, mas também na situação citada pelo sr. Marcus Vinicius da Silva Alves referente  
476 à burocracia, que engloba todo esse processo de cumprimento de toda legislação. Questiona  
477 quanto tempo leva esse processo quando cumprida toda a legislação. Há a necessidade de se  
478 observar a população indígena, o pessoal que mora, os ribeirinhos, que se sabe que não vai  
479 crescer em oito anos. Mas uma mineradora, o madeireiro, um fazendeiro chega lá e, em um  
480 mês, faz um estrago muito grande. Então, mesmo estando na lei, é importante se perguntar  
481 porque não a mudar. A lei nem sempre favorece o que está sendo proposto, isso que está sendo  
482 debatido aqui, porque muitas vezes a demora é tamanha que quando o cidadão termina todo  
483 esse processo que legal, aí já houve a necessidade de se fazerem algumas modificações nos

484 planos em virtude de uma exploração que apareceu na área.

485

486 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB)** – Responde que, quando  
487 não há judicialização, o tempo entre a inclusão de uma determinada floresta no PAOF e a  
488 assinatura do contrato de concessão florestal é, em média, de 36 a 48 meses.

489

490 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Sugere a conclusão do  
491 primeiro tema de pauta, que é tratar do PAOF.

492

493 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente/SFB)** – Diz que o final da apresentação só traz  
494 alguns estados, sendo mais de caráter informativo. A apresentação ficará disponível no site do  
495 SFB, então, dado o adiantar da hora, como já se tratou das florestas que estão selecionadas,  
496 sugere terminar a apresentação. Mas, o PAOF segue em consulta pública e qualquer  
497 contribuição pode ser enviada para o e-mail concessão@florestal.gov.br até o final do mês.

498

499 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Ressalta que, para fim de  
500 registro, a CGFLOP se reuniu na data de hoje e cumpriu o previsto no art. 10 da Lei de Gestão  
501 de Florestas Públicas, especialmente do seu parágrafo 1º, fazendo apreciação do PAOF 2019,  
502 que vai ser colocado em regime de consulta. Chama o sr. Carlos Eduardo P. Sturm, Diretor do  
503 SFB, que fará uma apresentação geral do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, do balanço  
504 do Sistema do Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e do manejo florestal comunitário.

505

## 506 **2º TEMA DE PAUTA - CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS**

507

508 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Realiza a apresentação do 2º Tema  
509 de Pauta, acerca do Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

510

511 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Diz ser importante essa  
512 conversão do B para A, de repente eu estava falando da importância das não destinadas.

513

514 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Diz que estão as florestas  
515 destinadas em verde mais escuro e de verde mais claro estão as florestas não destinadas. Os  
516 pequenos pontos em rosa é onde houve algum tipo de alteração entre 2016 para 2017. Então  
517 houve uma redução na ordem de 4 milhões de hectares de florestas tipo B não destinadas,  
518 estando aí um acréscimo de mais de 3 milhões de hectares na floresta tipo A, além disso mais

519 de um milhão de hectares, isso que estava falando do programa a Terra Legal, seu efeito direto  
520 com base no programa Terra Legal, que é a destinação das florestas públicas tipo B para áreas  
521 de regularização fundiária, então elas deixaram de ser públicas. **A comparação tem floresta**  
522 **pública é relação a instância de Governo Federal.** Houve essa diminuição e se entende que são  
523 os aspectos relacionados à regularização fundiária e há limites também, redefinição de limites  
524 de terras indígenas em unidades de conservação, estadual teve um acréscimo e municipal muito  
525 interessante, também esse acréscimo de 268 para 292.000 hectares. As áreas de florestas  
526 públicas por bioma então aqui também, onde se nota um dado que é interessante, que é a Mata  
527 Atlântica subindo em floresta pública de 1, 15 para 1,23%.

528

529 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor/SFB)** – Ressalta que isso é o  
530 esforço dos municípios. Começam os municípios a assumir o papel de identificar a importância  
531 de se terem áreas públicas criando florestas e unidades municipais.

532

533 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Continua a apresentação do 2º  
534 Tema de Pauta, acerca do Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

535

536 **O SR. MARIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Questiona como é feito no Sicar em relação  
537 as florestas públicas A, B e C e se o Sicar reconhece isso na hora que se lança.

538

539 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Diz que não.

540

541 **O SR. MARIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Questiona se ocorre isso no momento do  
542 cadastro da propriedade.

543

544 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Responde que não, pois são  
545 objetivos distintos e cadastros distintos, mas que se complementam.

546

547 **O SR. MARIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Questiona se pode ser feito o cadastro da  
548 propriedade.

549

550 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Responde que pode fazer.

551

552 **O SR. MARIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Diz em uma floresta, em um lugar que seja  
553 uma floresta B, ou florestas C.



554

555 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Diz que pode ser feito esse  
556 cruzamento, o que não é feito é automaticamente na análise do cadastro. Mas isso se dá  
557 rapidamente, inclusive nessa ferramenta online que está sendo desenvolvida rapidamente pode-  
558 se chegar a toda e qualquer propriedade que esteja sobreposta algum tipo de floresta tipo B e  
559 isso é transparência.

560

561 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Diz que, somente depois,  
562 é analisado.

563

564 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Ressalta que se o Sicar observa a  
565 presença de propriedades privadas, ditas privadas, porque podem ser posse em cima de florestas  
566 tipo B, ele não faz essa verificação, mas por meio da ferramenta que está sendo disponibilizada.

567

568 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Verifica que a ideia sr.  
569 Mario Augusto Cardoso é que se tenha em uma plataforma só todas essas informações. No site,  
570 do lado direito pode ir acessando o cadastro, as reservas legais, as áreas de preservação  
571 permanente, as áreas de concessão, os pontos de amostragem de inventário e que se evolua para,  
572 clicando naquele ponto de interesse, haja uma explosão daquela informação, se a floresta  
573 pública o que está colorido, mas está pequeno então é que se permite que o cidadão possa  
574 independente do seu interesse de observação, desagrega isso e vá obtendo informações em uma  
575 plataforma só. Questiona qual é o gargalo do SFB. Base de dados, base gigantesca. Então  
576 colocar isso à disposição para fazer downloads que os setoriais vão ficar disponível para as  
577 pessoas baixarem é uma questão de **step para step**, mas o que se conseguiu superar é que sim,  
578 dá para conversar com esses cadastros em uma plataforma só e colocar à disposição da floresta  
579 e do usuário.

580

## 581 **1º e 2º INFORMES: Balanço do Sicar e Manejo Comunitário**

582

583 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Realiza a apresentação do informe  
584 sobre o Balanço do Sicar e Manejo Comunitário.

585

586 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Pede para voltar nos dados  
587 gerais da apresentação. A pergunta é: porque os estados do Nordeste estão com os menores  
588 desempenhos. Diz que, na verdade, todos superaram a linha de base com 330 milhões de

589 hectares no senso agropecuário de 2006, 11 anos defasados, mas foi atualizado, eram 330, usou-  
590 se para 397 e já está em 440 e chegou a 480 e já foram retirados vários dados contaminados e  
591 o estado do Nordeste, quando aparece a Região Sul, a Região Sudeste com mais de 100% por  
592 que passou da linha de base, Centro-Oeste está com 97%, também já chegou na linha de base,  
593 o Nordeste está por volta de 91% porque além da capacidade de estar lá no Nordeste ser menor  
594 do ponto de vista de estrutura dos órgãos estaduais de meio ambiente, ainda há muita agricultura  
595 familiar e muita população tradicional sendo buscadas. Então a Bahia, por exemplo, tem muito  
596 fundo de pasto, há muitas pessoas exercendo a atividade agropecuária pouco conhecida. Então  
597 esse número não está 100% com o restante do país por dificuldade não só da capacidade  
598 instalada, mas também pelo perfil de produção nessas regiões, diferentemente do Paraná que  
599 tem muito minifúndio, mas a malha fundiária já é conhecida, são produtores que são pequenos,  
600 mas são grandes empreendedores, no Nordeste há pequenos produtores, pequenos  
601 empreendimentos, pouco reconhecidos. Então comparar Nordeste com Sul é uma comparação  
602 desproporcional. Todos chegaram no limite ou extrapolaram o limite da base, talvez não seja  
603 refletido isso por causa dessa configuração de ocupação na Região Nordeste, mas 5 milhões de  
604 proprietários um só já diz. É muita coisa. É 93% de pequeno, então que povoou a base foi  
605 pequena, então se pegar 312 milhões de hectares das florestas públicas, com 463 milhões de  
606 hectares no Cadastro Ambiental Rural, mas se tomarmos tudo isso, estão sendo mapeados mais  
607 de 700 milhões esse de hectares em um país de 851 milhões, onde tirando área urbana, morro,  
608 lago e lagoa, vai estar com quase 100% da área utilizável ou não utilizável, mas mapeando uma  
609 área absurdamente grande, se comparar o Brasil em relação à Europa. O SFB está começando  
610 a colocar isso em uma base única, então é muita informação. Trata-se de um salto de qualidade  
611 de gestão territorial absurdo em relação ao que havia antes que era ter conhecimento apenas do  
612 território.

613

614 **O SR. MARIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Pergunta se em relação a extrapolação e  
615 muito nos estados do Norte, Amazonas, Roraima são duas, três vezes a área cadastrável, se isso  
616 é sombreamento com unidade de conservação ou com a terra indígena.

617

618 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Diz que o censo  
619 agropecuário de 11 anos atrás caminhou menos naquela região do que no Sul.

620

621 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Fala que o IBGE é um dos maiores  
622 consumidores da base do censo agropecuário. Então módulos de relatório é público também e  
623 todas as estatísticas do cadastro por estados, por município, número de imóveis, área de

624 imóveis, perfil fundiário, se é pequeno e médio ou grande, por área, por número de imóveis,  
625 tudo a disposição no módulo relatório e esse módulo pode ter acesso por meio da página  
626 florestal.gov.br. Então, vai ter acesso a uma série dessas informações que é pública por meio  
627 de qualquer código do CAR.

628

629 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Diz que quando o SICOR  
630 estiver junto com o Sicar, digamos que o banco não faça o seu compliance sócio ambiental, que  
631 o SFB vai consumir informações e começar a observar que aquele crédito está indo para as  
632 áreas com restrição.

633

634 **O SR. MANUEL AMARAL NETO (FBOMS)** – Fala que tem acompanhado um pouco a  
635 movimentação, inclusive, de como é que as Agências estão se preparando para isso, o banco da  
636 Amazônia e o Banco do Nordeste demandando informações, estão criando capacidade, mas  
637 quando se olha para bancos privados, por exemplo, ver com a mesma intensidade. Então ainda  
638 precisa trabalhar.

639

640 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Ressalta que na verdade, a  
641 integração é com o órgão central que é o Banco Central, então todas as operações financeiras  
642 se comunicam, são mais de 5 milhões. Ele vê se ele está e devolve a informação para o  
643 computador do Santander. Então é nesse nível e sem registro do CAR não têm acesso a crédito.

644

645 **O SR. MANUEL AMARAL NETO (FBOMS)** – A única questão é que o CAR do Santander  
646 não necessariamente estar preparado para fazer as análises.

647

648 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Diz que tem razão, e que  
649 a Febraban está convidando o SFB a responder as perguntas. Fala que o SFB fez uma parceria  
650 com o Ibama dentro de uma ideia que tinha de monitoramento e foram cedidas 30.000  
651 informações para que faça alertas, operação Pan Ótica. Então o Ibama fez uma simulação perto  
652 de estradas, áreas de risco e consultou o Sicar a respeito da possibilidade de mandar alertas.  
653 30.000 pessoas receberam um alerta dizendo “você não desmatou, mas a gente está com  
654 sentimento que você vai querer desmatar”, já que muitas pessoas declaram que tem mato. Então  
655 esse cara, quando tem esse tipo de perfil, que ele tem floresta e ele esconde que tem, ele não  
656 está muito bem-intencionado. Então a ideia é começar a otimizar as questões estratégicas e isso  
657 vai extrapolar para o grande, não tenha dúvida que vai extrapolar para o crédito. Então o SFB  
658 terá essa conversa com a Febraban. Diz que o SFB optou pelo Banco Central, porque o Banco

659 Central centraliza todas as operações de crédito e seguro. Se forem considerados que só o  
660 certificado da agricultura, os certificados recebidos da agricultura gerem 1,4 bilhões de reais de  
661 operação, se o SFB consumisse, cobrasse R\$ 1,00, uma moeda por cada consulta para operação,  
662 que é insignificante para o produtor e para o banco, o SFB arrecadaria 14 bilhões de reais, o  
663 que seria suficiente para manter o sistema modernizado e operando. Mas como o SFB não  
664 possui autonomia financeira, o modelo de gestão que não se pode arrecadar, mas se presta todo  
665 esse tipo de informação sem fazer uma arrecadação que minimamente sustente o sistema. Então  
666 isso é uma coisa sobre a qual se precisa fazer uma reflexão. Esse dinheiro poderia ir para o  
667 MMA, mas a história demonstra nos 35 anos, em um terço de século no serviço público, que  
668 quando isso entra em um caixa único, as prioridades nem sempre são a área de fomento, ela  
669 sempre acaba indo para o monitoramento e controle. Então todo esse processo, e a concessão  
670 florestal está incluída nesse caso, parece que mais uma vez precisa-se rever o quarto pé da  
671 sustentabilidade, que é a sustentabilidade institucional. Se a instituição não tiver o mínimo  
672 necessário de condições, de recursos humanos, orçamentário, financeiro e autonomia em algum  
673 momento isso pode entrar em colapso e gerar uma migração dessa gestão para quem estiver  
674 mais preparado e isso não é salutar para gestão das florestas no Brasil.

675

676 **O SR. VINCENZO MARIA LAURIOLA (MCTIC)** – Esse exemplo do alerta quando a área  
677 incide em unidade de conservação, essa terra indígena para questão de concessão de crédito,  
678 isso pode se tornar um empecilho, uma dificuldade de quem está solicitando crédito, se for um  
679 indígena daquela terra indígena ou alguém que tem o direito de uso da unidade de conservação.

680

681 **O SR. CARLOS EDUARDO P. STURM (Diretor/SFB)** – Fala que se ele tem o direito de  
682 uso ele vai ter a possibilidade de colocar dentro do sistema e comprovar isso.

683

684 **O SR. MANUEL AMARAL NETO (FBOMS)** – Especificamente sobre as agendas de manejo  
685 comunitário, vemos com muita preocupação, a gente chegar a essa altura do campeonato e ter  
686 a constatação, especialmente pelos números que são apresentados pela importância das florestas  
687 comunitárias na agenda e no cadastro de florestas públicas do país. O SFB, como órgão, pode  
688 não necessariamente fomentar, mas ele deve articular a implementação de políticas públicas.  
689 Lançou um desafio para que se agende uma reunião para fazer uma avaliação de 10 anos do  
690 decreto federal da lei, ou melhor, da primeira oficina de manejo florestal comunitário que foi  
691 feita em abril de 2008, para que se possa prospectar o que vem a fazer com essa agenda.  
692 Entendem-se as limitações que foram apresentadas do ponto de vista de fortalecimento  
693 institucional para dar conta também de uma agenda que até agora não foi alavancada no país,

694 mas o que não se pode em hipótese alguma é ter a constatação e não fazer nada diante de uma  
695 inércia dessa. Deve-se fazer um processo de mobilização da sociedade civil e queremos contar  
696 com o SFB como órgãos de articulador e um defensor e acredito nisso, a incansável,  
697 principalmente quando foi falado da importância dessas florestas para o setor florestal no país  
698 e, inclusive, como uma fonte potencial de desmatamento. Então ninguém aqui quer o  
699 desmatamento e todos almejamos o manejo florestal, as florestas comunitárias. Se o manejo  
700 florestal comunitário deve continuar a fazer parte da agenda estratégica do SFB, é isso que se  
701 espera e lança o desafio para fazer uma conversa qualificada, sobre como dar um próximo passo  
702 na retomada efetiva dessa agenda.

703

704 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Fez uma observação sobre  
705 o que foi falado pelo sr. Manuel Amaral Neto. Há um ditado no Nordeste que diz que vaca  
706 ordenhada por muitos, acaba sendo alimentada por poucos. O SFB não é protagonista desse  
707 assunto e ficou difuso, quer dizer, o ICMBio teve uma parte desse problema, uma parte da  
708 solução, que eu prefiro chamar de solução que é dentro de reserva extrativista, dentro de RDS,  
709 dentro de algumas florestas nacionais. O Incra teria uma parte dessa solução que dentro dos  
710 assentamentos fundiários e o SFB durante muito tempo teve meio que uma disputa com o MDA,  
711 acerca de quem protagonizava. O SFB acabou apoiando muito o manejo florestal comunitário  
712 na Caatinga, então temos uma experiência aí de mais de uma centena de projetos, quer dizer,  
713 conhecer, saber fazer, a gente tem um conhecimento acumulado, tem uma parte disso também  
714 que está relacionado com a questão do Ibama, mas o manejo florestal empresarial em áreas  
715 grandes. Então aceito esse desafio, o SFB tem capacidade sim de ajudar na articulação, mas não  
716 tem o protagonismo atual a respeito disso. Como essa questão é muito difusa e normalmente  
717 como trata-se de questões de inclusão social, de coisas de pequena escala que talvez não tenha  
718 uma visibilidade que mereça ter, o SFB acaba meio perdido nessa agenda. Então o SFB julga  
719 de grande importância esse chamamento feito, de fazer uma discussão mais profunda sobre isso  
720 e de fato ter uma agenda e se definir quem é responsável pelo o quê, quem vai fazer o quê,  
721 quem tem recursos para aplicar, como que o SFB ia fazer e quais serão as nossas prioridades.  
722 E fazer o plano de trabalho mesmo, porque fica nessa discussão então, às vezes até em um grupo  
723 de trabalho, acaba não se dando foco e esse assunto está cada vez mais sem o olhar que ele  
724 merece ter. Então o SFB está à disposição e espera que vocês mantenham alguma pressão nesse  
725 sentido. Na reunião passada, esse assunto já foi trocado para que se saia meramente da  
726 apresentação do que o SFB está fazendo que é muito pouco, mas chamem todos os atores para  
727 uma discussão e que a gente de fato tenha uma solução de um plano de trabalho, não adianta  
728 ter só uma coordenação, deve ter quem vai fazer o quê, quem é responsável pelo o quê, para

729 que a sociedade possa fazer a cobrança e a pressão oportuna.

730

731 **O SR. MANUEL AMARAL NETO (FBOMS)** – Diz que havia feito uma proposta por meio  
732 de Internet, já que não pode comparecer à última reunião, proposta para que se tenha uma  
733 reunião da CGFLOP específica para discutir o manejo florestal comunitário, sendo essa uma  
734 contribuição determinante que o SFB possa dar em uma articulação política para essa agenda.

735

736 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Diz que concorda, mas o  
737 mais importante seria se pudessem fazer uma proposição nessa reunião e explicitar qual é o seu  
738 objetivo, qual o resultado que se quer dessa reunião, quais serão os próximos passos. Que, como  
739 os protagonistas nesse assunto não são membros efetivos da CGFLOP, precisar-se-ia ter um  
740 capital convocatório e, depois, um processo de monitoramento do resultado dessa reunião sobre  
741 pena de novo disso cair no esquecimento ou no atropelamento das outras agendas.

742

743 **O SR. MARIO AUGUSTO DE C. CARDOSO (CNI)** – Diz que se fala muito da questão do  
744 financiamento por conta do prazo do CAR, agora fazendo um paralelo com outra agenda aqui  
745 também do MMA, o Sinaflor, quer dizer, as autorizações de supressão de vegetação, as  
746 autorizações de supressão de vegetação e as autorizações de plano de manejo no âmbito dos  
747 estados, elas não vão ser mais permitidas se você tiver um CAR sem pendência, até o final do  
748 ano que é o prazo final para da destinação de todo o passivo que tem nos Estados.

749

750 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Ressalta ser correta. O  
751 Sinaflor já consome as informações do Sicar. Então hoje o Ibama tem acesso pleno às  
752 informações do Sicar, dentro do Sinaflor. A ideia é que se evolua como no CAR, para a  
753 integração das emissões dos DOFs, e aí talvez o SFB consiga dar um passo extremamente  
754 importante também para separar o que é o desmatamento legal do que é o desmatamento ilegal.  
755 Questiona quanto está vindo de plano de manejo e quantos de planos de manejo que estão  
756 acobertando madeira ilegalmente. Porque, às vezes o plano de manejo aparece com esse nome  
757 bondoso, mas ele acaba sendo um veículo de acobertamento de madeira ilegal. Então o SFB  
758 torce para que o Sinaflor consiga de fato promover essa integração com os estados. O Ibama  
759 tem se esforçado bastante em fazer essa promoção de integração. Mato Grosso e Pará possuem  
760 sistemas próprios, mas eles estão bebendo a água do Sicar. Entender que os estados são  
761 soberanos nos seus sistemas, mas que eles precisam se conversar e a base de fato vai ser o Sicar,  
762 de novo o SFB fez uma ferramenta que não tinha esses objetivos na sua origem, no seu DNA  
763 de origem, mas que ela está cada vez mais se mostrando possível de ser usada para essa

764 evolução, que é a evolução do controle de fato da origem da matéria-prima florestal, que a sra.  
765 Fátima sabe na pele o tanto isso é importante. A sra. Fátima esses dias contou que reconhece a  
766 entrada de produtos ilegais no Acre pelo cheiro da madeira e que no Acre não tem Cupiúba e o  
767 cheiro da Cupiúba passa pelas as ruas para as indústrias do Acre, então questiona de onde está  
768 vindo essa Cupiúba. Não é do Acre. Então há algo estranho, já que há alguém trazendo madeira  
769 e circulando madeira que não é a origem e não está sendo do Estado do Acre e esses movimentos  
770 não acontecem por acaso, tem uma razão, tenho uma racionalização econômica de redução de  
771 custos que acaba implicando na competição ilegal de quem está produzindo de uma forma  
772 sustentável.

773

774 **O SR. MARIO AUGUSTO DE C. CARDOSO (CNI)** – Diz que foi realizada uma reunião  
775 recente, até foi comentado com o Deusdará da rede de florestas da CNI em que os Estados  
776 Maranhão e Minas Gerais são representantes dessa região, e reclamou-se que os estados não  
777 estavam com seus Programas de Regularização Ambiental (PRA) implementados e jogaram a  
778 culpa no SFB. O governo do estado, os órgãos ambientais estaduais, e aproveitando a  
779 apresentação da ABEMA, colocaram que existia uma pendência do SFB.

780

781 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Ressalta ser natural haver  
782 reclamação. Houve na semana passada o 5º Encontro Nacional do CAR, onde estavam 80  
783 técnicos de todos os estados, os estados mandaram três pessoas. Amapá infelizmente tinha  
784 dificuldade e o SFB financiou o pessoal do Amapá. Então 90% das pessoas que participaram  
785 foram pagas pelo próprio estado. Então se demonstra aí que o estado também está envolvido  
786 nisso e o foco da reunião foi o PRA. O povoamento está em curso, a análise está sendo  
787 implantada e assistida. Em Minas Gerais hoje está sendo feita a implantação assistida. O SFB  
788 entrega o módulo e permanece lá uma semana capacitando, tirando as dúvidas e, antes disso,  
789 havia sido disponibilizado um curso de educação a distância para 300 funcionários das  
790 OEMAS. Incentiva-se focar no PRA, porque é importante a saída para os produtores, não  
791 adianta trazer o pessoal para a base e não permitir que esses consumidores tenham a sua  
792 regularização ambiental. Então foi desenvolvido um módulo off-line igual ao CAR, que está no  
793 site car.gov.br, na parte da esquerda da barra de ferramentas e tem que baixar. Então pode-se  
794 baixar o módulo de inscrição e baixar o módulo PRA e o módulo off-line, cujo princípio é uma  
795 proposta simplificada. Então se aponta que alguém tem um déficit de 22 hectares e essa pessoa  
796 concorda com esse dado. Então antecipa-se seu processo de regularização sem necessariamente  
797 passar pela análise. A pessoa reconhece e está de acordo com seu passivo, então entra na  
798 elaboração de um PRA off-line, dizendo que quer fazer, logo o CAR dessa pessoa vem para a

799 base e ela vê sua propriedade, identifica onde estão os seus parceiros e analisa que tipo de  
800 medida pode tomar. Se ela vai regenerar, se ela vai recompor, se ela vai regenerar e recompor,  
801 o sistema permite o mapeamento disso na propriedade e, no final, a exemplo de um recibo do  
802 CAR sai com um projetinho simplificado de PRA e o SFB aprova. Há um mês atrás na Diretoria  
803 do SFB foram elaborados padrões de termos de compromisso para que cada estado assuma o  
804 seu padrão e não tenha milhares de formas de ter um compromisso e isso foi discutido com os  
805 estados, o estado faz a opção por aquele termo de compromisso, na medida que o proprietário  
806 assina, esse termo de compromisso entra em processo de regularização ambiental. A ideia é que  
807 essa assinatura possa ser digital. Então começa-se agora em uma nova fase junto com os  
808 estados, as ferramentas já estão disponibilizadas e, no dia 24, Rondônia lança o seu PRA; no  
809 dia 5 de junho, Acre lança o seu PRA integrado e o SFB está disponibilizado para todos os  
810 estados do Brasil assim como o módulo CAR a descrição de um PRA simplificado. Então essas  
811 críticas podem estar vindo de pessoas que não conhecem de fato a evolução do processo. Então  
812 o PRA está passível de ser utilizado da forma mais simples possível para dar vazão a essas  
813 saídas de regularização ambiental dos imóveis.

814

815 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA)** – Diz que gostaria de fazer 2  
816 comentários: um a relação à questão do manejo comunitário. Foi citado que essa agenda está  
817 dispersa na Esplanada e não se vislumbra hoje uma atribuição específica do Ibama nisso, porque  
818 a descentralização florestal acabou passando a gestão dos planos de manejo privados para o  
819 estado, para os órgãos estaduais e, nas áreas federais, hoje quem está com essa atribuição é o  
820 ICMBio. O ICMBio possui uma estrutura que autoriza fazer todo o acompanhamento, então,  
821 na área federal, ficou o ICMBio e, na área estadual, ficaram os órgãos estaduais. No entanto  
822 coloca o Ibama totalmente à disposição para fazer a reunião sobre esse assunto e no que o Ibama  
823 puder contribuir em conversas sobre o manejo florestal que se possa propor uma agenda, visto  
824 ser essa a alternativa que hoje se coloca para a Amazônia em relação a qualquer tipo de  
825 ocupação, a melhor alternativa de conservação do meio ambiente. Em relação ao outro ponto  
826 destaca a questão do Sinaflor, cuja implantação encontra-se a pleno vapor. O André comentou  
827 ontem que está com mais de 400 projetos em Minas Gerais dentro do Sinaflor, então o Ibama  
828 está confiante que a gestão florestal terá um grande avanço com Sinaflor. As concessões  
829 florestais que são autorizados pelo Ibama, o processo autorizativo é feito pelo Ibama, elas já  
830 estão sendo feitas dentro do Sinaflor, então isso contribui também para a transparência das  
831 concessões. Espera-se que esse sistema converse também com o sistema de informação do SFB.  
832 Será melhor a pessoa, no processo autorizativo, clicar na concessão florestal e saber o dado do  
833 inventário florestal, o dado autorizativo que esteve por trás, quanto foi autorizado para cada



834 espécie. Isso será um salto também na transparência. O Ibama está colocando à disposição essa  
835 questão do sistema, para se ter uma melhor gestão dos nossos recursos florestais, porque o  
836 Sinaflor tem esse papel complementar ao CAR. O CAR mostra o território e o Sinaflor terá  
837 aquele detalhamento do inventário, quais são as espécies que tem naquela propriedade, o que  
838 está sendo autorizado, o que está sendo retirado, o que está sendo produzido. Então são sistemas  
839 que complementam para a gestão florestal do país.

840

841 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Diz que passará a palavra  
842 ao sr. Joberto Veloso de Freitas, Diretor do SFB, que tratará dos informes a respeito do Sistema  
843 Nacional de Informações Florestais. Uma informação importante é que boa parte da legislação  
844 urbana brasileira é fundamentada nas resoluções do Conama, há uma câmara técnica de  
845 florestas e demais formas de vegetação e quem preside essa câmara é o SFB. Tal câmara se  
846 reuniu uma nos últimos oito anos. Então é necessário, inclusive com CGFLOP, que  
847 determinados assuntos como, por exemplo, o manejo florestal comunitário, se eventualmente  
848 carece de algum ato regulatório até para dizer quem é quem e esse caminho do decreto, da lei é  
849 muito difícil, pode-se provocar a câmara técnica do Conama e começar a usar essa câmara  
850 técnica, já que, na ausência de leis federais, a resolução Conama tem força de lei. O  
851 licenciamento ambiental brasileiro todo hoje é fundamentado na Resolução nº 237 de 1997 do  
852 Conama. Tudo que trata de papel, de celulose, de eletricidade eólica, tudo encontra-se na  
853 resolução Conama. Logo é preciso também começar a usar o Conama para destravar,  
854 customizar ou criar normas e regulamentos de resoluções dentro desse ambiente democrático  
855 que é o Conama, que possa vir a dar endereços corretos, a dar procedimentos mais ajustados e  
856 ter essa percepção de que pontualmente pode ir resolvendo alguns problemas dentro do  
857 Conama. Todo o governo faz parte do Conama, algumas ONGs fazem parte do Conama e a se  
858 for levada uma proposta correta na Câmara há muita chance de sucesso de avançar em normas  
859 relacionadas à área florestal, como a área urbana usa excessivamente para regulamentar  
860 qualidade do ar, resíduos sólidos, tudo via Conama. É necessário perder o medo de levar os  
861 assuntos ou reaprender a colocar os assuntos em fóruns ambientais, porque temos argumentos  
862 suficientes e necessários para dizer que manejo, concessão, fomento, Sinaflor, Sicar são sim  
863 ações estruturantes para o combate ao desmatamento e ao ordenamento florestal sustentável.

864

865 **3º INFORME: SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS - SNIF**

866

867 **O SR. HUMBERTO NAVARRO MESQUITA (Gerente/SFB)** – Realiza a apresentação do  
868 informe sobre Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF.

869

870 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Agradece e passa para  
871 esclarecimentos e dúvidas.

872

873 **O SR. MARIO AUGUSTO DE C. CARDOSO (CNI)** – Informa que a CNI teve uma  
874 modificação em todo o seu mapa estratégico, conseguindo inserir um dos objetivos que era  
875 aumentar a participação da biodiversidade brasileira no PIB consultando várias vezes o Sr.  
876 Humberto Navarro tinha. Fala que a carência que se tem de informação e em relação ao cadastro  
877 técnico federal, que não serve de tomada de decisão, acaba não tendo finalidade nenhuma  
878 enquanto gestão nem para o setor privado e nem para o governo, acaba virando apenas uma  
879 maneira de arrecadar por que só sai com o boleto para pagamento da taxa de controle e  
880 fiscalização ambiental. Diz que esse é momento do Sinaflor integrando com o Sicar integrar  
881 informação da base, puxando o inventário. Fala que no Serviço Florestal tem quatro sistemas  
882 que são integrados e que já é um diferencial em relação ao que se precisa no setor privado para  
883 poder se organizar um o cadastro técnico federal.

884

885 **O SR. HUMBERTO NAVARRO MESQUITA (Gerente/SFB)** – Pergunta ao senhor Mário  
886 Cardoso como ficou o indicador com base em uma informação florestal que a CNI estava  
887 desenvolvendo.

888

889 **O SR. MARIO AUGUSTO DE C. CARDOSO (CNI)** – Diz que fizeram que mandou e  
890 conforme a coisa vai melhorando, vai obtendo mais dados e que acompanhada o sistema nesse  
891 sentido, podendo ir modificando e aperfeiçoando o indicador. Fala que o problema identificado  
892 é que não tem muita informação e se tem às vezes não é muito consistente, porque ainda é um  
893 processo de maturação nos produtos da biodiversidade brasileira.

894

895 **O SR. MANUEL AMARAL NETO (FBOMS)** – Comenta que no Instituto Internacional de  
896 Educação do Brasil – IEB, está se estruturando uma plataforma de informações sobre o manejo  
897 florestal como o CAR e vai lançar em agosto por ocasião do Congresso Internacional de  
898 Etnobiologia. Pergunta se ainda pode se integrar ao sistema do SFB e discutir os mecanismos  
899 de integração das informações.

900

901 **O SR. HUMBERTO NAVARRO MESQUITA (Gerente/SFB)** – Diz que sim e se busca os  
902 parceiros para utilizar o sistema.

903

904 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Agradece e passa para o

905 próximo informe.

906

907 **4º INFORME: INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL – IFN**

908

909 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB)** – Realiza a apresentação do  
910 informe sobre o Inventário Nacional Florestal – IFN.

911

912 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Agradece a apresentação  
913 e passa para os comentários.

914

915 **A SRA. ADELAIDE DE OLIVEIRA (CNI)** – Pergunta se a empresa que está fazendo  
916 inventário no Acre é de Santa Catarina.

917

918 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB)** – Responde que é do Rio Grande  
919 do Sul.

920

921 **A SRA. ADELAIDE DE OLIVEIRA (CNI)** – Informa que em agosto haverá uma reunião do  
922 Conselho Estadual de Meio Ambiente – Coema, no Acre, e que gostaria de convidar o Diretor  
923 Joberto Veloso de Freitas para apresentar sobre o inventário.

924

925 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB)** – Fala que é só convidar que irá.  
926 Informa que recentemente esteve no Mato Grosso do Sul, o que resultou no financiamento para  
927 parte da Mata Atlântica e do pantanal por meio da compensação ambiental.

928

929 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral/SFB)** – Pergunta se há mais algum  
930 questionamento. Como não houve, agradece a todos os membros presentes e considera a  
931 reunião encerrada.